

# Boletim Internacional



Ano VI n° 08 15.03.2006

## CNM/CUT debate política industrial

A Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT) abriu ontem novas possibilidades de negociação com o governo para discutir políticas setoriais e suas dificuldades conjunturais. O secretário de desenvolvimento da produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Antônio Sérgio Martins Mello, fez uma exposição sobre o acordo automotivo entre Brasil e Argentina, além de participar de um debate sobre o Mercosul com dirigentes da executiva e do coletivo de política sindical da CNM/CUT.



'Vamos reunir 40 setores do Mercosul para discutir os problemas e avançar onde está parado. Nossa proposta é definir uma agenda de trabalho', afirma o secretário, que também lembrou a grande preocupação em criar um ambiente competitivo para atrair os investimentos.

Para a entidade é muito importante este contato. 'A Confederação tem todo o interesse em abrir um canal de discussão com o governo para dinamizar os fóruns setoriais', conclui o secretário de organização da CNM/CUT, Valter Sanches. *(Assessoria de Imprensa CNM/CUT, 14.03.2006)*

## Encontro dos trabalhadores da Gerdau

A Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT), em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos da Força Sindical (CNTM), realiza amanhã e sexta-feira um encontro nacional dos trabalhadores no grupo Gerdau. O encontro acontece no Centro de Solidariedade ao Trabalhador, que fica em frente à sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, São Paulo (Rua Erasmo Braga, 307).

Os dirigentes presentes vão debater os acordos e convenções coletivas de trabalho assinados pelos sindicatos brasileiros com o grupo Gerdau, trocar informações sobre o procedimento da multinacional no Brasil e nos países onde está instalada, além de traçar metas de atuação conjunta para enfrentar as iniciativas da empresa.

Os sindicatos de metalúrgicos filiados à CUT e à Força Sindical constituíram um Comitê Sindical Nacional para discutir ações conjuntas e simultâneas em todo o Brasil. Um Comitê Internacional também está sendo construído entre os trabalhadores brasileiros, uruguaios, chilenos, argentinos, colombianos, canadenses, norte-americanos e espanhóis.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Beaumont (Texas), Peter Savoy, participa da reunião com relatos sobre os problemas nas unidades da Gerdau dos Estados Unidos. Um ato internacional em solidariedade ao Sindicato dos Metalúrgicos de Beaumont está marcado para o dia 22 de março. *(Assessoria de Imprensa CNM/CUT, 14.03.2006)*



## Acordo automotivo divide autopeças e montadoras

As discussões para o acordo automotivo do Mercosul vão começar com incompatibilidade de posições dentro do próprio setor. Enquanto a indústria de autopeças já definiu que vai defender a isenção de Imposto de Importação somente para componentes que não forem produzidos na região, as montadoras deverão insistir na permanência de um desconto para todos os itens comprados no exterior.

Os representantes do setor de autopeças de todos os países do Mercosul estiveram reunidos esta semana em Alagoas e fecharam a proposta, que será apresentada aos respectivos governos nos próximos 15 dias. O documento estabelece que o Imposto de Importação para peças fabricadas fora do Mercosul deverá ser integral. Haverá uma lista dos itens que não são feitos na região e nesse caso o setor defende isenção do imposto.

Paulo Butori, presidente do Mercoparts, a entidade que reúne a indústria da região, explica que caberá às montadoras e fornecedores elaborar a lista de exceções que contemplará os itens sem similar no Mercosul. A idéia é renovar a lista anualmente.

Hoje, as peças fabricadas em países fora do bloco são importadas com redutor de 40%. A questão provocou polêmica no final do ano passado, quando a Receita Federal decidiu suspender o benefício e posteriormente o devolveu. Os representantes dos fabricantes de veículos demonstram interesse em fazer valer a continuidade do redutor na renovação do acordo automotivo, que entrará em vigor no dia 1º de julho. Até lá, vale um acordo-ponte, que mantém as regras da negociação anterior.

A relação entre montadoras e fornecedores já está abalada por conta de recentes declarações dos presidentes da Fiat e da General Motors. Na semana passada, Cledorvino Belini, da Fiat, e Ray Young, da GM, defenderam a importação de componentes.

O presidente da Fiat revelou que a montadora tem estimulado os fornecedores a substituírem produtos nacionais por importados como forma de compensar a perda de competitividade provocada pela valorização do real.

Para Butori, a declaração de Belini foi "oportunista". "Hoje há oportunidade para importar; há um ano as montadoras nos pediam para reduzir as exportações para impedir o desabastecimento", diz. Segundo ele, que também é presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes (Sindipeças), os maiores fornecedores, chamados no setor de sistemistas, são os que podem comprar no exterior. Já os sub-fornecedores desse time são os que, na avaliação do executivo, vão sofrer com a importação.

Ele diz que algumas montadoras começaram a pressionar os fabricantes de peças a reduzir preços com a ameaça da importação. "Eles não entenderam que a parceria com os fornecedores tem que ser na saúde e na doença", destaca Butori. (Marli Olmos de São Paulo) (*Valor Econômico*, 16.03.2006)

## Montadoras são contra concessões na OMC

A indústria automobilística deixou claro ao governo brasileiro que não está disposta a fazer concessões nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) para a redução de suas tarifas de importação. O Brasil vem sendo pressionado pelos países ricos a abrir seu mercado como resultado de um processo que deve estar concluído no final do ano.

No caso brasileiro, o primeiro setor que terá suas tarifas reduzidas será o automobilístico, caso o governo aceite flexibilizar as taxas de importação.

Em Londres, no fim de semana, durante a reunião ministerial entre os seis principais atores nas negociações da OMC, as delegações brasileira e indiana foram pressionadas pelos europeus e americanos a apresentarem suas propostas de cortes de tarifas para a importação de bens industriais. Informalmente, o Brasil indicou que aceita um corte de 50%, mas não colocou a proposta no papel. Durante o encontro, os ricos pediram um corte de 65%.

O setor mais atingido, no caso brasileiro, seria o de veículos, já que suas tarifas são as mais altas. O setor insiste em que deve fazer parte da lista de produtos sensíveis que cada país poderá pedir à OMC. Mas no governo a percepção é de que algo terá de ser flexibilizado e o setor deveria iniciar um debate interno sobre quais tarifas poderão ser reduzidas. Um entendimento na OMC estabeleceu há meses que nenhum país poderá excluir todo um setor da liberalização, mesmo se o considerar sensível.

Brasília admite que o setor automobilístico acabará na lista dos produtos sensíveis de vários países emergentes, mas sabe que, mesmo assim, alguma abertura terá de ocorrer para satisfazer os países ricos. (Jamil Chade, Correspondente em Genebra) (*O Estado de S. Paulo*, 16.03.2006)

## Dia Internacional da Mulher

### Melhorando as condições da mulher nas linhas de produção de eletrônica

Neste Dia Internacional da Mulher, a FITIM compromete-se em lutar pela melhoria das condições para as mulheres que trabalham nas cadeias globais de produção da indústria eletrônica.

O secretário geral da FITIM, Marcello Malentacchi marcou o Dia Internacional da Mulher conclamando os sindicatos e as organizações não governamentais a juntarem esforços para lutar pela melhoria de condições para as mulheres trabalhadoras das linhas mundiais de produção da indústria eletroeletrônica.

“Existem, sem sombra de dúvida, muitas dificuldades para a organizar as mulheres na indústria eletrônica”, escreveu Mallentacchi.

“Mas nós não devemos permitir que esses obstáculos impeçam nosso urgente e necessário dever para com essas trabalhadoras de melhorar sua condição de vida”, ele acrescentou.

Malentacchi informou que ainda neste ano a FITIM vai juntar os sindicatos afiliados para discutir o que pode ser feito para melhorar os padrões de trabalho das mulheres nessas linhas de produção.

Segundo Malentacchi, se nosso objetivo for pressionar realmente as companhias eletroeletrônicas, os sindicatos e as ONG's devem combinar seus esforços para expor ao público os abusos cometidos e organizar as mulheres para lutarem por melhores condições de trabalho.

Façamos este compromisso neste Dia Internacional da Mulher”, concluiu o secretário geral da FITIM. (AG) (FITIM, 08.03.2006)

## A Monocultura Midiática

Enquanto os hectares destinados à monocultura se expandem e, com apoio do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, criam um deserto verde improdutivo, camponeses e indígenas são empurrados para as cidades na esperança de uma melhor condição de vida. A história é antiga — e continua sendo exaustivamente ignorada pela imprensa de grande circulação

Os telejornais diários têm obrigação moral de citar as razões pelas quais os milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais se movimentaram, no Rio Grande do Sul, contra a Aracruz Celulose e seu laboratório. No entanto, nenhuma palavra acerca da expansão da monocultura de eucalipto. Essa atividade vem crescendo vertiginosamente e, segundo as agricultoras presentes na ação, tem transformado a região em um deserto verde improdutivo.

Não só os movimentos camponeses são ameaçados pela produção de monoculturas como eucalipto, soja, cana-de-açúcar e a agropecuária. As comunidades indígenas são literalmente expulsas de suas terras quando se estabelece a grilagem e a corrupção dos meios de fiscalização, em qualquer parte do território Brasileiro.

A monocultura é uma típica política colonialista que impede o desenvolvimento de trabalhadores, como camponeses familiares autônomos, ao impor um alto custo de produção com retorno econômico de alto risco.

Não pense que camponeses existem somente no interior do país. Não pense que os índios estão restritos às florestas. Enquanto os hectares destinados à monocultura se expandem com apoio do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, todas estas pessoas são empurradas para as cidades na esperança de uma melhor condição de vida. A história é antiga. Desde a 'Revolução



Verde', o processo agroindustrial moderno, propagandeado intensivamente dos anos 70 em diante, encheu as cidades de todo o planeta.

Não acredite que o processo era necessário. A agricultura familiar ainda é responsável por 70% dos alimentos que o brasileiro tem no prato. A duras penas, as famílias camponesas brasileiras resistem, com as mãos sujas de terra e os dedos calejados. Elas não possuem os mesmos mecanismos de incentivo direcionados à monocultura de larga escala.

*Eucalyptus globulus*, uma árvore imperialista

Neste caso, o problema está no eucalipto, não somente na monocultura. A espécie é nativa da Austrália e sua expansão é controlada por vorazes coalas que apenas se alimentam de suas folhas. O eucalipto tem a característica de sugar rios, nascentes e lençóis; a plantação exclusiva de eucalipto, sem o controle biológico de coalas, representa a desertificação do território e a árvore acaba reinando soberana.

E por que o eucalipto e não outra árvore? Porque ele cresce rápido, pode ser podado várias vezes e é ótimo para fazer papel. Seu tronco é todo em lascas, fácil para moer e virar pasta de celulose. Outra grande razão é que suas folhas são beneficiadas pela indústria química e farmacêutica. O cultivo de eucalipto é uma monocultura como outra qualquer — não se trata de reflorestamento, idéia passada pela edição do Jornal Nacional da TV Globo do dia 8/3/2006. Só é reflorestamento se feito com plantas nativas.

Para quem planta eucalipto, ainda tem o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que promove o plantio de árvores como forma de seqüestrar carbono. Uma leitura nos sites das empresas de celulose mostra quantos prêmios já foram conquistados por conta desse mesmo mecanismo. A constante luta dos movimentos ambientalistas contra a indústria de papel não é somente o espectro do deserto verde, mas também que as substâncias usadas por essa indústria são consideradas uma caixa de pandora para contaminação de rios e afluentes.

Plantando armas

Por mais que nos façam crer que o crescimento do país só acontecerá com a agricultura intensiva, o modelo agroindustrial, que retira a subsistência das famílias rurais, é a base da economia de guerra que países como os EUA necessitam para se manter. A quantidade de insumos químicos despejados nos países em desenvolvimento, a maquinaria moderna e o uso intensivo de energia para produção de alimentos foram as estratégias de arrecadação de verba e a maneira de controlar a economia desses países.

Todos os insumos da agroindústria fazem parte da mesma indústria, capaz de produzir armas químicas e biológicas que, na primeira Guerra Mundial, transformaram o conflito na pior guerra química enfrentada pela humanidade. Todos os armamentos de guerra utilizados, desde então, têm a mesma base industrial que uma indústria de defensivos e tratores.

Pense bem: a monocultura extensiva que se utiliza dessas propriedades é que possibilita os conflitos entre países. O uso intensivo de energia também entra no esquema, pois a base para tais produtos é o petróleo. A base da sociedade contemporânea é o petróleo e seus conflitos.

Quando se mostra camponeses e indígenas que protestam desta maneira, destruindo sementes e laboratórios de pesquisa, não se pode colocá-los como vândalos sem justificativa. A situação extrema, que leva pessoas a cometerem tais protestos, é uma tentativa de impedir — já que nenhum outro mecanismo consegue — a continuação deste processo.

A sociedade do petróleo está com seus dias contados. Esta mesma indústria investindo na biodiversidade é consequência do fim deste capítulo. O que não muda no enredo é o pensamento de dominação de pessoas sobre outras pessoas. A industrialização da vida está criando e utilizando este mesmo procedimento para impedir que 70% de nossa alimentação seja produzido por pessoas que não conferem 100% do lucro a uma dúzia de acionistas. Para eles a resistência de 70% de um mercado é uma parcela muito grande. Então vale a pena brigar por ela. Uns com a pá e outros com tratores.

Ao invadirem o laboratório destruindo as sementes, as trabalhadoras rurais expressaram seu repúdio ao modelo econômico que lhes têm roubado o sustento e a própria vida. No entanto, a ação das Sem Terra tem sido veiculada pelos telejornais como a grande imprensa fazia no início do século XX: um caso de polícia.

Essas observações são óbvias para qualquer jornalista agrário que tenha dois neurônios e uma ligação entre eles. Entretanto, parece que na redação dos telejornais diários a preocupação com a ética e a vida não estão presentes, e sim os valores do agrobusiness. (*Conselho Editorial Consciência.Net*, 14.03.2006)



# PT prega intervenção no Banco Central

Documentos reservados traçam estratégia do partido para reeleição de Lula

BRASÍLIA - Documento reservado do PT sobre Conjuntura, Tática e Política de Alianças para a campanha de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva prega a intervenção no Banco Central (BC) num segundo mandato petista, que terá o desafio de construir "um Brasil pós-neoliberal".

Mais: destaca que, a partir de 2007, o social será o "carro-chefe do governo", com hegemonia da esquerda sobre os ministérios da área, e critica a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter ficado "prisioneira", até hoje, do discurso da Fazenda e do BC.

Um segundo texto, com diretrizes para a elaboração do programa petista, admite que a obra do governo Lula ainda é "parcial, desigual e incompleta". "Foi insuficiente (nem daria tempo!!!) para mudar de conjunto a realidade social aflitiva do País", diz um dos trechos. A ênfase é para a necessidade de um segundo mandato com "inflexão" no discurso do governo.

Os dois relatórios serão apresentados na reunião do Diretório Nacional do PT, nos dias 18 e 19, em São Paulo. Preparados por comissões petistas, com integrantes de várias tendências, os documentos servirão de subsídio para a plataforma de Lula à reeleição. São versões preliminares, que ainda receberão emendas e terão de passar pelo crivo do diretório. Tudo o que ali for aprovado será submetido ao 13º Encontro Nacional do PT, no fim de abril.

"(...) Em nosso segundo mandato, o Banco Central incluirá entre seus objetivos, além da moeda, o crescimento e o emprego", diz o texto sobre conjuntura, escrito pelo secretário de Relações Internacionais do PT, Valter Pomar, no qual se lê "proibida a circulação". "O período 2003-2006 deve ser entendido como o de uma transição necessária de um velho Brasil para um novo projeto nacional de desenvolvimento", afirma o documento redigido por Marco Aurélio Garcia, assessor especial de Lula. Vice-presidente do PT, Marco Aurélio sustenta que "o último ano deste governo deve ser entendido como o primeiro ano do próximo".

Os calhamaços chegaram ao Palácio do Planalto e causaram preocupação pelo "alto teor de radicalidade" no que se refere à condução da economia, segundo definiu um ministro. São, na prática, o contrário do que o PT defendeu na Carta ao Povo Brasileiro, de junho de 2002.

As análises dos petistas abordam o "duro golpe" da crise política de 2005 e pregam o confronto político-ideológico com o PSDB nesta temporada eleitoral. Marco Aurélio afirma que, se o candidato do PSDB for o prefeito José Serra, a campanha tucana adotará discurso "profundamente conservador", com críticas à política econômica e "acenos desenvolvimentistas".

Pomar, por sua vez, condena o governo Lula por não ter realizado "nenhuma devassa" contra a administração do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Além disso, diz que essa atitude amistosa em relação ao PSDB só trouxe prejuízos ao PT e ao Planalto. "A decisão de não realizar a devassa, os cuidados tomados na composição do ministério (...), o tratamento concedido aos setores empresariais, a política de boa vizinhança com os grandes meios de comunicação, a atitude frente à direção do PSDB não alteraram a conduta dos tucanos: as recentes declarações do ex-presidente FHC, segundo o qual a 'ética do PT é o roubo', são uma demonstração do baixo nível da oposição conservadora e da impossibilidade de qualquer aliança estratégica com o PSDB."

Para a comissão petista que trata da política de alianças, o casamento de Lula com o PTB, o PP e o PL, além dos efeitos colaterais no campo da ética, construiu apenas uma "maioria congressual instável", sem hegemonia política. A proposta "preferencial" do grupo para a campanha do presidente é a de uma coligação no primeiro turno apenas com partidos de esquerda (PC do B e PSB) e "alianças sociais com movimentos e setores democráticos".

De qualquer forma, o documento relaciona vários cenários e admite a possibilidade de alianças com siglas que integram a base do governo, mesmo as envolvidas no escândalo do mensalão.

Observa, ainda, "incógnitas" no horizonte. Na lista do imponderável cita o desfecho da novela sobre a verticalização das alianças, regra que obriga os partidos a reproduzirem nos Estados a parceria para a disputa presidencial e a prévia para a escolha do candidato do PMDB, no dia 19. (*Tribuna da Imprensa*, 09.03.2006)

CNM Internacional é o boletim informativo da Confederação  
Nacional dos Metalúrgicos – CNM-CUT

Secretário Geral da CNM : Fernando Lopes  
internacional@cnmcut.org

<http://www.cnmcut.org.br>